



Alexandre Portugal
14 de Abril de 2026

OPINIÃO

De suspeita em suspeita até à paralisia total

A revisão da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas é uma peça central para devolver confiança e capacidade de decisão à Administração Pública.

Winston Churchill, figura por estes dias muito recordada e citada, fruto do clima de guerra em que vivemos, defendia que “a pior das decisões é não decidir”. Em Portugal, esta frase devia ficar gravada em todas as mentes decisoras.

Portugal está a viver um ciclo cujo desfecho depende da capacidade de decidir e de executar. O conjunto de investimentos públicos em curso, aliado à necessidade de responder à crise habitacional, obriga a uma ação rápida e eficaz.

Mas há um risco muito sério e impossível de ignorar: o de deixarmos que o país se sabote a si próprio, enredando-se no labirinto que criou.

As últimas décadas consolidaram um quadro legislativo marcado pela lógica da suspeição. Na contratação pública, no licenciamento e em múltiplos processos administrativos, prevalece a ideia de que todos são potenciais infratores. A intenção de garantir rigor e transparência é legítima, mas quando se transforma num sistema que dificulta, atrasa e penaliza quem cumpre, o efeito é o oposto.

Este ambiente tem consequências diretas e funestas. Funcionários públicos e decisores a trabalhar sob pressão crescente, muitas vezes expostos a riscos pessoais inaceitáveis. A ação fiscalizadora — nomeadamente a do Tribunal de Contas —, sendo essencial, tem vindo, em certos casos, a adotar uma lógica punitiva que, aliada à falta de proteção institucional por parte das hierarquias, gera um clima de medo. Decidir passa a ser um risco. E, quando assim é, a tendência é ficar paralisado.

A revisão da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, procurando reduzir o controlo prévio e revendo o regime de responsabilização individual dos funcionários é, por isso, uma peça central para devolver confiança e capacidade de decisão à Administração Pública.

Nenhum país avança quando tudo o que se faz é objeto de suspeita. Já diz o povo, com a sua habitual sabedoria, que “quem desconfia de tudo, não é de confiar”.

Investidores nacionais e internacionais pedem simplificação legislativa e maior uniformização e digitalização dos processos de licenciamento. Sem isso, todos ficam presos num labirinto. Iniciativas como a Plataforma Eletrónica dos Procedimentos

Urbanísticos (PEPU) apontam no sentido certo, ao promover uma base comum de tramitação e reduzir assimetrias. É urgente dar continuidade aos trabalhos já iniciados.

Persistir num modelo excessivamente burocrático é perpetuar a crise — na habitação, no investimento e, em consequência, no crescimento económico.

Esqueçam os apoios europeus, esqueçam os PRR e os PTRR, esqueçam a ideia de um país competitivo e eficaz. Se não corrigirmos os bloqueios que nós próprios criámos, numa espécie de autossabotagem constante, corremos o risco de transformar uma oportunidade histórica num exercício de frustração coletiva

Também na contratação pública importa ser corajoso. Ou seletivo. Os nossos vizinhos espanhóis não tiveram medo de valorizar o critério da qualidade em detrimento do preço. Importa, de uma vez por todas, adotar modelos de avaliação mais equilibrados. Porque as obras públicas não são commodities.

Também o licenciamento ambiental, em que todos os impactos avaliados têm o mesmo valor — absoluto — carece de revisão profunda.

Portugal tem hoje condições para fazer diferente. Mas isso exige reequilibrar o sistema: manter o rigor, eliminando o excesso e garantir fiscalização sem esmagar a confiança. Exigir responsabilidade, sim, mas sem que isso impeça a decisão. Porque o maior risco não é errar — é não fazer.

Esqueçam os apoios europeus, esqueçam os PRR e os PTRR, esqueçam a ideia de um país competitivo e eficaz. Se não corrigirmos os bloqueios que nós próprios criámos, numa espécie de autossabotagem constante, corremos o risco de transformar uma oportunidade histórica num exercício de frustração coletiva. E aí pode já não haver remédio que nos salve.

O autor escreve segundo o acordo ortográfico de 1990